

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.157 - RS (2020/0030067-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : JAQUELINE DE MARCO
ADVOGADOS : SÉRGIO MACHADO CEZIMBRA - RS048091
ANA AMELIA PIUCO - RS048122
MARCIO SEQUEIRA DA SILVA - RS048034
MAURICIO TAVARES DE ALMEIDA - RS069153
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : CRISTIANO XAVIER BAYNE - RS046302

DECISÃO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DA MOEDA EM URV. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. PERDA SALARIAL NÃO DEMONSTRADA. SOBERANIA DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS EM MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. ALTERAÇÃO DO JULGADO QUE DEMANDA ANÁLISE DO DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO DA SERVIDORA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto por JAQUELINE DE MARCO, com fundamento nas alíneas *a*, *b* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO EM UNIDADE REAL DE VALOR. CERCEAMENTO DE DEFESA E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. INOCORRÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 561.836-RN. AUSÊNCIA DE PERDAS SALARIAIS. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL PACIFICADA NO TJRS.

A decisão enfrentou as questões postas concluindo pela improcedência dos pedidos, razão pela qual não há falar em ausência de fundamentação da sentença.

As questões relativas à unidade de referência de valor-URV são de conhecimento desta Corte, tendo sido realizada ampla perícia em situações análogas, oportunidade em que se concluiu pela inexistência de prejuízo à parte autora pela aplicação dos critérios da lei estadual, razão pela qual se revela desnecessária a produção da prova pericial.

Superior Tribunal de Justiça

A inobservância do regramento previsto na Lei nº 8.880/94 não implicou em prejuízo aos servidores do executivo deste Estado, eis que antes de proceder a conversão dos valores em 1994, restaram concedidos reajustes bimestrais para compensar as perdas decorrentes da inflação.

Inaplicável ao caso o precedente constante do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 561.826/RN, reconhecendo a inconstitucionalidade de lei de Estado diverso no qual não foi procedida a conversão.

Apelação improvida (fls. 20).

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 57/64).

3. Nas razões de seu Apelo Nobre inadmitido, a parte recorrente aponta violação dos arts. 369, 489, 927 e 1.022 do Código Fux; aos seguintes argumentos: (a) o acórdão recorrido, a despeito da oposição dos Embargos de Declaração, foi omissos sobre pontos relevantes ao deslinde do feito; (b) a negativa de produção da prova pericial requerida violou a garantia das partes de se utilizarem de todos os meios de prova disponíveis para comprovar seu direito; (c) de que o Tribunal de origem não se atentou a orientação do Supremo Tribunal Federal contida no Recurso Extraordinário 561.836/RN acerca da matéria em análise; (d) de que há um conflito entre a disposição contida na Lei Estadual 10.225/1994, e o disposto na Lei Federal 8.880/1994.

4. É o relatório.

5. Cuida-se, na origem, de Ação Ordinária ajuizada por Servidora Pública Estadual, em que pleiteia a reparação do prejuízo decorrente da alegada errônea conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor-URV de seus proventos.

6. Inicialmente, no que diz respeito à suposta ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código Fux, observa-se que o Tribunal *a quo*, ao contrário do alegado, manifestou-se fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua

apreciação e, ao final, decidiu contrariamente aos interesses da ora agravante, que buscou, com os Embargos de Declaração, a reapreciação do mérito da causa. Logo, em virtude da não ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material não se verifica ofensa à regra ora invocada.

7. Quanto ao alegado cerceamento de defesa, merece destaque o seguinte trecho do acórdão combatido, que bem elucida a questão:

O juiz é o destinatário da prova de tal sorte que poderá requisitá-la, deferi-la ou não, conforme seu livre convencimento.

No caso em tela, dispensável a realização da prova pericial, uma vez que a matéria versada nos autos já se encontra pacificada neste Tribunal, cujo entendimento é no sentido da ausência de prejuízos aos servidores públicos estaduais quando da conversão da Unidade de Referência de Valor-URV.

Não há como caracterizar o cerceamento de defesa, tampouco ofensa ao direito constitucional previsto no art. 5º, LV, da Constituição Federal-CF, uma vez que o juiz é o destinatário da prova e a ele cabe avaliar a pertinência ou a oportunidade da sua análise dentro do conjunto probatório.

Além disso, as questões trazidas são de conhecimento já desta Corte, tendo sido realizada já inúmeras perícias contábeis para as diversas categorias do funcionalismo público estadual, na quase totalidade das Varas de Fazenda Pública, consoante se extrai dos infindáveis feitos que aportam versando sobre o tema ampla, tendo se concluído pela inexistência de prejuízo à parte autora pela aplicação dos critérios da lei estadual.

(...).

Desse modo, a prova pericial não necessita ser reproduzida, no caso em tela, porquanto o seu resultado não irá diferir de todos dos demais já que se cuidam de situações idênticas, de servidores do executivo que integram a mesma categoria e foram beneficiados com os mesmos reajustes (fls. 25/28).

8. A leitura do excerto acima transcrito revela que o Tribunal de origem concluiu ser desnecessária a produção de nova prova pericial, ante a existência de perícia já realizada em feitos anteriores, cuja conclusão tem incidência a todos os demais pedidos, uma vez que o objeto da ação se enquadra dentre inúmeros casos análogos.

9. Conforme bem salientado no acórdão, não caracteriza cerceamento de defesa, por si só, a circunstância de não ter sido produzida nova prova pericial, sobretudo quando a parte requerente não aponta, de forma clara e direta, o prejuízo decorrente da utilização da prova emprestada, bem como a necessidade/utilidade dos elementos probatórios que pretendia produzir.

10. Ademais, cabe asseverar que, em âmbito judicial, vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC/1973, atual art. 371 do Código Fux), e não o sistema de tarifação legal de provas. Assim, se o Magistrado, analisando as provas dos autos, entender não haver necessidade de produzir as provas indicadas pelas partes, sobretudo quando ausente justificativa da utilidade do meio de prova pretendido, não há que se falar em cerceamento de defesa. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DA CORTE REGIONAL. SÚMULA 7/STJ.

1. *Não se constata a violação aos arts. 330 e 332 do CPC, por suposto cerceamento do direito de defesa, pois, de acordo com a jurisprudência consagrada nesta Corte, de fato, é facultado ao julgador o indeferimento de produção probatória que julgar desnecessária para o regular trâmite do processo, sob o pálio da prerrogativa do livre convencimento que lhe é conferida pelo art. 130 do CPC, seja ela testemunhal, pericial ou documental, cabendo-lhe, apenas, expor fundamentadamente o motivo de sua decisão.*

2. *A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada nas presentes razões recursais, de modo a se chegar à conclusão de que seria necessária a produção de outras provas além das carreadas aos autos, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula 7/STJ.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 1.574.755/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 9.3.2016).*

RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. *De acordo com a jurisprudência desta Corte, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado. Portanto, não há violação do art. 130 do CPC quando o juiz, em decisão adequadamente fundamentada, indefere a produção de provas e julga antecipadamente a lide.*

2. *Rever as conclusões do Tribunal de origem no tocante à produção de prova implica reexaminar os elementos fático-probatórios dos autos, o que é impossível pela via eleita. Incidência da Súmula 7/STJ.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp. 648.403/MS, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 29.5.2015).*

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AUTOS DE EMBARGOS DE TERCEIRO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA.

1. *Cabe ao magistrado verificar a existência de provas suficientes nos autos para ensejar o julgamento antecipado da lide e indeferir a produção de provas consideradas desnecessárias e inúteis, conforme o princípio do livre convencimento do julgador. Infirmar tais fundamentos demandaria, necessariamente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.*

(...).

4. *Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp. 341.358/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 24.11.2015).*

11. No mais, considerou a Corte de origem, com base nos elementos de prova constantes dos autos, que a conversão de Cruzeiros Reais para Unidade Real de Valor-URV levada a efeito pelo Estado do Rio Grande do Sul não ensejou prejuízo a parte autora, merecendo destaque o seguinte trecho do julgado:

Importante frisar que o Estado mesmo não realizando a conversão da

Superior Tribunal de Justiça

moeda na data determinada pela Lei 8.880/94, ao fazê-lo em 1º/07/1994, concedeu naquele período elevados reajustes, através de legislação estadual, Lei nº 10.058/94, Lei nº 10.129/94 e Lei nº 10.171/94, as quais compensaram, inclusive com sobra, eventuais perdas, culminando a política salarial de transição para o real com a edição da referida Lei 10.225/94 em que estabelecida fórmula própria de conversão direta dos vencimentos/proventos de Cruzeiros Reais para Real, já considerados todos os reajustes concedidos aos servidores até 01/06/1994.

Cabe referir que tal forma de cálculo não implicou prejuízo qualquer aos servidores, mostrando-se inclusive vantajosa comparativamente ao critério de mera conversão dos vencimentos para URV, prevista na Lei 8.880/94, conforme demonstrado nos laudos realizados em inúmeros processos que por aqui passaram, cujo conhecimento dos julgadores acerca dos cálculos possibilita método de análise comparativa através de raciocínio lógico sem que seja acostado demonstrativo pormenorizado individualizado.

Os servidores restaram contemplados com os reajustes salariais bimestrais concedidos pelo executivo deste Estado na época em que determinada a conversão dos vencimentos de cruzeiro real para URV, inexistindo assim, qualquer prejuízo financeiro aos servidores integrantes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, razão pela qual inaplicável o precedente com base no qual a apelante sustenta a necessidade de revisão da jurisprudência local, correspondente ao RE 561.836-RN, em que reconhecida a inconstitucionalidade de lei estadual do Rio Grande do Norte que determinou conversão dos vencimentos de Cruzeiro Real para URV, com base em critérios diversos da Lei Federal.

Note-se que a situação da Lei do estado do Rio Grande do Norte é distinta da legislação do estado do Rio Grande do Sul, já que aqui a conversão ocorreu diretamente para o Real, em julho de 1994, tendo o Estado no período de transição mantido política de atualizações bimestrais, concedendo reajustes superiores à própria variação da URV, de modo que inexistiu o alegado prejuízo (fls. 31/32).

12. Nesse contexto, rever a conclusão adotada no acórdão demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, tarefa que não se viabiliza nesta sede, a teor da Súmula 7 deste Pretório. Veja-se, a propósito, os seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI 11.672/2008. ART. 543-C DO CPC. RESOLUÇÃO-STJ 08/2008. APLICAÇÃO DA URV [LEI 8.880/94] AOS PENSIONISTAS DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR. NÃO REDUÇÃO VENCIMENTAL.

PERÍCIAS. SOBERANIA DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS EM MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. *A imposição ao Estado do Rio Grande do Sul da conversão das retribuições aos servidores pela URV (Lei 8.880/94), apesar dos reajustes voluntários já concedidos à categoria pelo Governo Gaúcho a pretexto dessa mesma conversão, somente seria cabível se evidenciado algum prejuízo vencimental decorrente daquela antecipação voluntária.*

2. *No caso, as instâncias judiciais ordinárias já proclamaram a inocorrência de redução dos valores atribuídos aos Servidores Públicos Gaúchos, inclusive com base em perícias não contraditadas, e nisso essas instâncias são soberanamente conclusivas.*

3. *Para a eventual inversão da conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias, se exigiria amplo e profundo reexame do contexto probatório, envolvendo até nova perícia, tarefa que descabe nos limites processuais do Recurso Especial. Precedentes: REsp's 1.009.903/RS, DJU 15/02/2008; 1.011.590/RS, DJU 15/02/2008 e 1.029.929/RS, DJU 06/03/2008 e AgRg nos REsp.'s 845.623/RS e 1008.262/RS, DJe 24/03/2008 e 09/06/2008, respectivamente, todos da relatoria do Ministro NILSON NAVES.*

4. *Recurso Especial não conhecido (REsp. 970.217/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 20.10.2009).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. URV. RESP 1.101.726/SP. TEMA OBJETO DE RECURSO REPETITIVO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. *Cuida-se de inconformismo contra decisum do Tribunal de origem que não conheceu do Recurso Especial, sob o fundamento de que a matéria atinente à URV foi objeto de recurso repetitivo e no mais incide a Súmula 7/STJ.*

2. *No que concerne à prescrição, bem como à conversão dos vencimentos em URV, considerando o julgamento definitivo do mérito do REsp 1.101.726/SP e em cumprimento ao disposto na alínea "b" do inc. I do art. 1.030 do Código de Processo Civil, correta a negativa de seguimento ao recurso no que concerne a esta matéria.*

3. *Por outra via, ainda quanto à conversão, observa-se que o órgão julgador decidiu a questão após percuente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, na moldura delineada, infirmar o entendimento assentado no aresto esgrimido passa pela revisitação ao acervo probatório, vedada em Recurso Especial, consoante a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, que assim estabelece: "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".*

4. *Agravo parcialmente conhecido para, nessa parte, não conhecer do Recurso Especial (AREsp. 1.523.483/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 5.9.2019).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PREQUESTIONAMENTO FICTO. INOCORRÊNCIA. URV. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. INEXISTÊNCIA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. CONVERSÃO DOS VENCIMENTOS. LEI N. 8.880/1994. DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. APLICAÇÃO.

1. *Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).*

2. *O acolhimento do prequestionamento ficto de que trata o art. 1.025 do CPC/2015 exige do recorrente a indicação de violação do disposto no art. 1.022 do mesmo diploma, "para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (AgInt no AREsp 1067275/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 13/10/2017), providência desatendida, in casu.*

3. *Na conversão do vencimento dos servidores públicos de cruzeiros reais para URV, por configurar relação de trato sucessivo, incide a prescrição apenas sobre as parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 85 do STJ.*

4. *Infirmar o entendimento alcançado pela Corte de origem, a fim de acolher as teses suscitadas pelo recorrente, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via de recurso especial (Súmula 7 do STJ).*

5. *A conversão dos vencimentos dos servidores deve acompanhar a sistemática estabelecida pela Lei nº 8.880/1994 adotando-se a URV da data do efetivo pagamento nos meses de novembro de 1993 a fevereiro de 1994.*

6. *Agravo interno desprovido (AgInt nos EDcl no REsp. 1.656.876/RJ, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 20.3.2019).*

13. No que diz respeito à alegada violação do art. 927 do Código Fux, ao fundamento de que as instâncias ordinárias não observaram as diretrizes contidas no RE 561.836/RN, não assiste razão a parte recorrente, conforme se pode extrair dos seguintes trechos do julgado:

Os servidores restaram contemplados com os reajustes salariais bimestrais concedidos pelo executivo deste Estado na época em que determinada a conversão dos vencimentos de cruzeiro real para URV, inexistindo assim, qualquer prejuízo financeiro aos servidores integrantes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, razão pela qual inaplicável o precedente com base no qual a apelante sustenta a necessidade de revisão da jurisprudência local, correspondente ao RE 561.836-RN, em que reconhecida a inconstitucionalidade de lei estadual do Rio Grande do Norte que determinou conversão dos vencimentos de Cruzeiro Real para URV, com base em critérios diversos da Lei Federal.

Note-se que a situação da Lei do estado do Rio Grande do Norte é distinta da legislação do estado do Rio Grande do Sul, já que aqui a conversão ocorreu diretamente para o Real, em julho de 1994, tendo o Estado no período de transição mantido política de atualizações bimestrais, concedendo reajustes superiores à própria variação da URV, de modo que inexistiu o alegado prejuízo (fls. 32).

14. Por fim, a leitura do acórdão recorrido, em cotejo com as razões apresentadas no Apelo Nobre, revela que a pretensão da parte é contestar a validade da Lei 10.225/1994 do Estado do Rio Grande do Sul, em face da Lei Federal 8.880/1994, medida inviável em Recurso Especial, por se tratar de competência privativa do STF. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ACÓRDÃO EMBASADO EM NORMA DE DIREITO

Superior Tribunal de Justiça

LOCAL. LEI ESTADUAL 997/76 E O DECRETO ESTADUAL 8.468/76. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 280/STF. INOCORRÊNCIA. CONFLITO ENTRE LEI LOCAL EM FACE DE LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. ARTS. 24 DO DECRETO LEI FEDERAL 667/1996, 62 DA LEI FEDERAL 6.880/1990, 1º E 5º DA LEI FEDERAL 9.717/1998 EM CONFLITO COM A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 53/1990. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Agravo em Recurso Especial e o Recurso Especial estivessem sujeitos ao Código de Processo Civil de 1973.

II - Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial, rever acórdão que demanda interpretação de direito local, à luz do óbice contido na Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal.

III - Nos termos do art. 102, III, d, da Constituição da República, acrescentado pela Emenda Constitucional 45/2004, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em única ou última instância, causas em que lei local é contestada em face de lei federal, sendo, portanto, vedada a análise da violação ora apontada por esta Corte, sob pena de usurpação de competência.

IV - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - Agravo Interno improvido (AgInt no AREsp. 1.172.274/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 20.2.2018).

2 2 2

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. JORNADA DE TRABALHO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. DECISÃO QUE INTERPRETOU LEGISLAÇÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. INCOMPETÊNCIA DO STJ.

I - Relativamente à alegada violação do art 535 do

Superior Tribunal de Justiça

CPC/1973 (art. 1.022 do CPC/2015), por suposta omissão e contradição pelo Tribunal de origem da análise da questão acerca da indenização pleiteada, não assiste razão ao recorrente.

(...).

V - *A verificação de validade de lei local em face de lei federal denota natureza constitucional da controvérsia. Tal apreciação, na instância excepcional, não compete ao STJ, mas ao STF, por meio de Recurso Extraordinário (art. 102, III, d, da CF/1988). Neste sentido: REsp 1656484/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 02/05/2017.*

VI - *Agravo interno improvido (AgInt no AREsp. 1.070.275/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe 8.6.2018).*

15. A propósito, não é demais lembrar que ato de governo local, nos termos do art. 105, III, *b*, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, *não se confunde com lei local dotada de abstração e generalidade* (AgRg no AREsp. 342.470/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 9.12.2013).

16. Diante do exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Servidora.

17. Nos termos do que dispõe o art. 85, § 11 do Código Fux, fixam-se os honorários recursais em R\$200,00 (duzentos reais), que deverão ser acrescidos ao montante total.

18. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR